

## (Re)Descobrimo a alteridade: reflexões sobre o ensino de Antropologia em turmas de Educação Básica<sup>1</sup>

*Fátima Ivone de Oliveira Ferreira<sup>2</sup>  
Rogerio Mendes de Lima<sup>3</sup>*

### Resumo

Ainda que por vezes não recebam a devida atenção, os conceitos e metodologias da Antropologia constituem elementos essenciais para que sejam atingidos os objetivos propostos pelas OCNEM no que se refere aos conteúdos de Ciências Sociais no ensino básico, principalmente após a implantação recente do ensino de Sociologia em todas as séries do ensino médio. Nesse sentido, não somente o patrimônio conceitual, mas os métodos desenvolvidos por essa ciência ao longo do tempo são ferramentas indispensáveis para a descoberta da alteridade e a produção de conhecimento discente acerca da realidade social e cultural na qual estão inseridos. Motivado pela dupla inserção dos autores, como professores e pesquisadores, o presente trabalho discute as estratégias de transposição didática utilizadas com estudantes de educação básica para a discussão de conceitos antropológicos como cultura, etnocentrismo, gênero e relativismo cultural e sua colaboração na construção de uma postura que valorize o diálogo e a compreensão do outro além do reconhecimento da importância da Antropologia na formação de professores e pesquisadores na área de educação.

**Palavras-chave:** Ensino de Antropologia, Educação Básica, transposição didática.

## Rediscovering otherness: afterthoughts about Anthropologie teaching in elementary education

### Abstract

Anthropology's concepts and methodologies, though often overlooked, are instrumental in achieving the objectives proposed by the OCNEM, as far as the high school Social Sciences curriculum goes. This is especially true after the recent introduction of Sociology classes to all high school years. Consequently, both the intellectual wealth and gradually-developed methodologies of the Social Sciences are key ingredients in exploring alterity and learning about the social and cultural realities that surround us. The background of the authors, as teachers and researchers, served as motivation to the work that follows. The study discusses strategies of didactic transposition applied to elementary education, in presenting anthropological concepts such as culture, ethnocentrism, gender and cultural relativism. It goes on to examine how these strategies stimulate a positive attitude towards dialog and the perception of otherness.

**Key words:** Anthropology teaching, Elementary education, didactic transposition.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UNESA. Mestre em Sociologia pela UFRJ. Diretora de Pós-Graduação do Colégio Pedro II. Departamento de Sociologia/Colégio Pedro II/RJ.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo PPGSA/UFRJ. Departamento de Sociologia/Colégio Pedro II/RJ.

## Introdução

Ainda que possa parecer inusitado, esse texto se inicia com uma ressalva. Não pretendemos realizar uma análise da teoria antropológica e tampouco tomar partido de algumas de suas vertentes nos intensos e ricos debates sobre os conceitos e temas que aqui serão utilizados. Nesse sentido, a menção e a escolha por autores, definições e teorias, quando ocorrerem, estarão relacionadas quase que exclusivamente, à tentativa de atingir os objetivos centrais desse artigo. Discutir as estratégias de transposição didática dos conteúdos e metodologias da Antropologia na Educação Básica e sua importância na formação dos estudantes e na construção de uma proposta transformadora para a escola brasileira, o que em nossa visão, deve ser a principal contribuição das Ciências Sociais no âmbito desse segmento do ensino.

A Antropologia pode ser considerada uma ciência jovem. Ainda que o “pensar antropológico” possa ser encontrado em diferentes momentos da história das sociedades humanas, a sua organização enquanto um conjunto de teorias, conceitos e métodos, bem como a definição de seu objeto específico de estudo remonta ao século XIX (SCHWARCZ, 2005). Entretanto, isso não diminui sua importância na compreensão e explicação das sociedades em que vivemos.

Se a Sociologia e a Ciência Política cumprem o papel de explicar as complexas estruturas econômicas, sociais e políticas das sociedades que se desenvolvem no bojo das transformações efetivadas, mas não originadas, pela chamada era das revoluções (HOBSBAWN, 1997), coube à Antropologia um duplo e singular papel. De um lado, desvelar, e assim fazer conhecer, as sociedades não industriais, o que nos permite descobrir que a lógica civilizatória encontrada nas sociedades ocidentais não é a única possível e tampouco pode ser proclamada, como acontece muitas vezes, como superior. Por outro lado, são os métodos e explicações criados pela Antropologia nesse processo de análise do “outro” que permitem às sociedades complexas (VELHO; CASTRO, 1978) descobrirem a sua própria diversidade. Grosso modo, podemos afirmar que é a Antropologia que traz para o debate científico sobre nossas sociedades a temática da cultura, e ao fazê-lo, amplia e modifica o modo como se compreende, explica e se intervém na dinâmica social.

Desse modo, a formação de jovens capazes de fazer a leitura da realidade social em que estão inseridos não pode prescindir dos temas e métodos da Antropologia. Principalmente se falamos em uma educação que transcenda os limites da “educação bancária” (FREIRE, 1996) e proponha ao educando uma perspectiva humanista, crítica e autônoma da vida social.

A nova condição vivida pelas Ciências Sociais a partir de 2008, com a reinserção obrigatória da Sociologia nos currículos do ensino médio, torna premente o debate sobre o ensino de Antropologia na Escola Básica. Assim, o presente artigo procura contribuir para esse debate propondo uma reflexão sobre as estratégias pedagógicas utilizadas e a experiência de ensinar Antropologia nos ensinamentos fundamental e médio, vividas a partir da dupla inserção dos autores como pesquisadores e docentes da Escola Básica.

Defendemos a tese de que a ciência antropológica tem uma importância central na realização dos objetivos propostos para as Ciências Sociais nas Organizações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM): O estranhamento e a desnaturalização da realidade social.

### **As Ciências Sociais na escola básica brasileira.**

A trajetória das Ciências Sociais na Escola Básica brasileira é marcada por dois aspectos, a saber: a integração dos conteúdos das três disciplinas (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) nas aulas de Sociologia e a intermitência da inserção dessa disciplina nos currículos obrigatórios da Educação Básica.

As OCNEM alertam para o fato de que os conteúdos das três disciplinas que compõem as Ciências Sociais se diluem dentro das aulas de Sociologia. (MORAES et al. 2006. p. 104-105). Sendo assim, os temas, conceitos e métodos da Antropologia vem sendo abordados dentro da escola básica prioritariamente na disciplina de Sociologia<sup>4</sup>. Em virtude dessa integração, que também se estende à Ciência Política, é possível falarmos em uma trajetória das Ciências Sociais na Escola Básica Brasileira.

Moraes (2003) refaz esse caminho dividindo-o em vários momentos: o primeiro, situado entre 1925 e 1942, quando há um crescimento da demanda pelas Ciências Sociais, chegando a ser exigência prévia em alguns exames de acesso ao ensino superior; o segundo, compreendido entre 1942 e 1971, após a reforma Capanema, onde essas disciplinas passam a ter um caráter optativo dentro dos currículos, fato que restringe sua presença nas composições curriculares, reforçada com a 1ª LDB de 1961<sup>5</sup>; o momento seguinte corresponde à vigência da Lei 5692 de 1971<sup>6</sup>, que consolida esse afastamento e limita as Ciências Sociais quase que exclusivamente ao meio acadêmico; por fim, o

---

<sup>4</sup> Esses conteúdos ainda que apareçam de modo sistemático na Sociologia, também podem ser encontrados em disciplinas como História, Português, Geografia e Artes.

<sup>5</sup> Lei nº 4024 de Dezembro de 1961, a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

<sup>6</sup> Lei nº 5692 de agosto de 1971.

quarto momento, que data da segunda metade da década de 1980 aos nossos dias, caracterizado pela luta para reinserir as Ciências Sociais, de modo obrigatório e distinto, nos currículos de ensino médio. Essa luta culmina com a Lei 11.684 de 2008 que torna obrigatória a presença da Sociologia e da Filosofia nos currículos de ensino médio.

Algumas considerações devem ser feitas acerca dessa trajetória. Lima (2009) alerta que a trajetória conturbada das Ciências Sociais nos currículos básicos não está relacionada com uma *“ação tresloucada ou de cunho político-alienante dos líderes militares e seus asseclas, mas é resultado de uma tensão dentro da construção da educação escolar brasileira”* (LIMA, 2009; p.4). A adoção de uma lógica behaviorista na educação brasileira, que se inicia ainda em 1961 com a primeira LDB, reduz o espaço da formação humanista dentro dos currículos e cria dificuldades para a inserção das Ciências Sociais na Escola Básica (RAIZER et al., 2007). Essa tese se reforça quando a LDB de 1996, construída em um contexto político absolutamente distinto, mantém as Ciências Sociais fora da composição curricular obrigatória da Educação Básica.

A partir dos anos 2000, há uma retomada progressiva dos estudos e debates sobre as Ciências Sociais na Escola Básica. Recentemente, no contexto da lei 11.684 são publicadas diversas reflexões sobre o tema (FIGUEIREDO et al. 2012; HANDFAS et al. 2009; MORAES, 2010) que refletem os dilemas e as possibilidades que o atual momento permite vislumbrar.

A Antropologia não se exclui desse debate. Reconhecendo as dificuldades de transcender os espaços acadêmicos, mas disposta a participar desse processo (MEIRELLES; SCHWEIG, 2008; 2012; OLIVEIRA, 2013), a Antropologia tem sido parte ativa nas discussões sobre o ensino de Ciências Sociais na Educação Básica.

Nesse processo, algumas indagações vêm sendo feitas a todos os que atuam na área de Ciências Sociais. Qual o papel dessas disciplinas na Escola Básica? Que contribuição o ensino de Ciências Sociais pode dar para a reflexão sobre a própria escola em suas diferentes dimensões? Do ponto de vista desse artigo, não há como dissociar o ensino de Ciências Sociais das questões mais prementes da escola e da sociedade brasileira. Desse modo, defendemos que haja uma aproximação com o desvelamento da realidade social vivida pelos estudantes e com uma postura em que o lugar das Ciências Sociais seja próximo do que denominamos de *“Sociologia escolar pública”* (FERREIRA; LIMA, 2012).

Nessa proposição, o ensino de Antropologia se destaca na medida em que o estranhamento, a desnaturalização e a construção de uma postura autônoma frente à realidade social, somente podem ocorrer se existir, em paralelo, o reconhecimento do outro, ou seja, a alteridade. Além disso, a constatação de que o espaço da cultura é, por excelência, o lugar do desenvolvimento das

Vol.4, nº2. mai. - jul. 2015. 44

interpretações da realidade, das disputas acerca das ideologias produzidas e onde se constroem os atores que podem alterar ou manter as relações e as estruturas sociais tal como elas se apresentam em dado momento histórico.

Como afirma Sobrinho (2007) “cada proposta curricular acompanha os interesses da sociedade (...) (re)velados em sua prática de ensino com seus métodos e conceitos específicos”. Com base nessa proposição, Lima (2009) considera que a consolidação de uma educação com base tecnicista, herança das décadas de 1960 e 1970, mas que foi incorporada à lógica de organização da educação básica nas décadas posteriores, reduz o espaço das humanidades na formação dos estudantes. Mais que isso, interfere na construção das visões de mundo desses atores, de modo que também sua visão acerca das disciplinas do currículo se baseia em hierarquias que são construídas a partir das propostas de formação, mas que são sedimentadas no interior do espaço escolar.

A utilização da etnografia como estratégia pedagógica é uma das formas de romper com essa estrutura presente nas escolas brasileiras, ainda que se corra o risco de cair em algumas das armadilhas apresentadas por Oliveira (2013). No entanto, trazer o método de investigação criado pela Antropologia para o cotidiano escolar, resulta em novas formas de percepção, por parte dos diferentes segmentos envolvidos (professores, alunos, famílias, grupos sociais pesquisados) do papel das Ciências Sociais dentro da Educação Básica.

Lima (2009b) alerta que a utilização do método etnográfico na realização de atividades de pesquisa com alunos de uma escola pública no Estado do Rio de Janeiro, permitiu aos estudantes construir um olhar relativista sobre grupos sociais marginalizados socialmente. A experiência do conhecer “por dentro” o cotidiano de moradores de rua e imigrantes orientais forneceu aos alunos a oportunidade de simultaneamente perceberem a importância das Ciências Sociais na sua formação e reconstruir o modo de olhar para a diversidade cultural e social da cidade em que viviam.

Uma experiência recente vivenciada no Campus Realengo II do Colégio Pedro II no ano de 2013, reforça a importância do ensino e da prática antropológica na educação básica: foi desenvolvido com os estudantes do primeiro ano do ensino médio o projeto “Trabalhadores e Integração Social” que tinha como objetivo a investigação, por parte dos estudantes, de diferentes realidades vivenciadas por variados grupos de trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista pedagógico, o projeto envolvia discussões e conteúdos relativos a todas as disciplinas que formam as Ciências Sociais. No trabalho de campo, a opção foi pela realização de uma pesquisa etnográfica, onde os alunos, com as devidas adaptações e transposições necessárias, se inseriam no cotidiano dos grupos escolhidos para descreverem, interpretar e produzirem reflexões sobre a realidade observada. Os estudantes foram divididos em grupos de cinco a sete alunos que

receberam orientações específicas de como desenvolver a pesquisa proposta. Ao final, os resultados eram apresentados em forma de material audiovisual e um texto em forma de relatório de pesquisa. Nesse artigo vamos destacar a pesquisa sobre mulheres trabalhadoras realizada por um dos grupos.

Cheron (2013) coloca a produção do conceito de gênero na década de 1970 como um marco para os estudos sobre a condição da mulher na sociedade. Isso torna possível, por exemplo, a crítica à postura liberal diante desse tema, denunciando seu “viés sexista” (CHERON, 2013, p.7). Questionar a “mera igualdade formal é insuficiente para superar práticas e comportamentos discriminatórios” (MIGUEL, 2000, p. 92). Cabe ressaltar que essa condição acompanha o avanço da participação da mulher no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2007), o que remete à necessidade de produção de alternativas aos modelos hegemônicos de tratamento da questão (CHERON; PRÁ, 2011).

O espaço da escola reflete a sociedade da qual faz parte. Desse modo, também se constitui em um lugar marcado de diversas maneiras pela presença das práticas e comportamentos que discriminam a mulher. Nesse sentido, Soares & Souza (2011) afirmam que os estudantes reproduzem no espaço da escola os valores e modos de agir que aprendem na família. De acordo com Carvalho (2001), a escola é um espaço de construção de estereótipos sobre os modos de ser de alunos e alunas. Dessa maneira, a abordagem do tema como projeto de pesquisa, tem como primeiro desafio desconstruir valores e visões de mundo consolidadas socialmente.

A discussão prévia dos conceitos antropológicos de Cultura, Relativismo Cultural e Alteridade se revelou uma etapa crucial para que os estudantes pudessem: perceber a questão de gênero como um problema; conseguir o distanciamento necessário para abordar a questão e relacionar o tema com a proposta mais ampla de discussão sobre o mundo do trabalho.

A antropologia também foi fundamental na realização do trabalho de campo que durou cerca de dois meses, período no qual os estudantes entrevistaram mulheres trabalhadoras de diferentes segmentos e idades, reconstruindo suas trajetórias de vida.

Duas produções resultaram da pesquisa: um vídeo de cerca de 20 minutos, no qual os estudantes destacam temáticas observadas nos discursos das entrevistadas e que envolvem diversos aspectos das relações de gênero no Brasil. A partir das questões levantadas pelas entrevistas e pelo vídeo, os estudantes promoveram um debate no campus sobre a questão gênero e trabalho, com a participação de professoras convidadas.

Numa análise do processo de realização da pesquisa e da apresentação de seus resultados, chama a atenção o modo como os estudantes conseguiram (re)construir um outro significado para a problematização das questões de gênero. Se antes, era possível perceber uma hegemonia da

concepção machista dominante na sociedade brasileira, ao final do processo, claramente se percebe uma reconfiguração do modo como o debate sobre o assunto se realiza. Não somente pelas discussões produzidas, mas pela postura adotada frente às práticas e comportamentos discriminatórios das quais as alunas são vítimas dentro e fora da escola.

Experiências como a descrita sucintamente acima, colaboram na compreensão da importância do ensino de Antropologia na Escola Básica. A possibilidade de reconhecimento e prática da diversidade cultural que permite explicar a realidade social a partir do olhar do outro resulta em novas posturas frente aos valores existentes na sociedade, possibilitando uma valorização da própria identidade social, muitas vezes esmagada pela “inadequação” às convenções, principalmente em uma instituição tradicional como o Colégio Pedro II. Além disso, foram construídas autonomias intelectuais nos estudantes que vislumbraram a possibilidade efetiva de produção de conhecimento a partir das suas próprias experiências e reflexões.

Simões e Giumbelli (2010, p.195) dizem que “A luta por identidades próprias adquiriu múltiplas formas e continua sendo central na vida social contemporânea”. A possibilidade que as Ciências Sociais, em particular a Antropologia, colaborem para que os estudantes possam construir visões de mundo autônomas que fujam dos estereótipos e limites que lhes são dados pela indústria cultural e pelos modelos dominantes de interpretação da realidade, por si só demonstram a pertinência do ensino de Antropologia nesse segmento. Outros temas como racismo, juventude, identidade social ou tribos urbanas dependem essencialmente do arcabouço teórico-metodológico da Antropologia para que se convertam em probabilidade de emancipação intelectual do corpo discente.

## **Considerações Finais**

Gramsci (1989) traz para o âmbito da cultura a disputa pela hegemonia política na sociedade capitalista. É nessa esfera da sociedade que são travadas as disputas e construídas as visões de mundo que irão orientar a interpretação da realidade. A escola, nesse sentido, não é um espaço neutro, mas um lugar de formação e definição dos atores sociais. Freire (1996, p.61) afirma categoricamente que “a educação é uma forma intervenção no mundo”.

Desse modo, nos parece que as Ciências Sociais, enquanto parte do currículo da Educação Básica, possuem a tarefa premente de proporcionar ao educando a possibilidade real de interferir em sua realidade e assim cumprir efetivamente as diretrizes propostas pelas OCNEM: levar o estudante a estranhar e desnaturalizar o mundo e os fenômenos sociais.

Entendemos que uma postura comprometida com a realidade e os problemas da Escola Básica não precisa prescindir do necessário rigor teórico metodológico e da neutralidade na interpretação dos dados. Contudo é essencial que as pesquisas e ações realizadas interajam com o cotidiano que estudam (LIMA; FERREIRA, 2012).

No processo de compreensão e explicação da sociedade contemporânea, coube à Antropologia o papel de inserir no debate a necessária compreensão do outro e da diversidade. Os dados, teorias e ferramentas produzidas pelos antropólogos de diferentes matizes teóricos, são base ainda hoje para o questionamento de posturas políticas, econômicas e culturais que desconsideram minorias as mais diversas em todo o mundo. Na Escola Básica, esse patrimônio, desde que com a devida transposição didática, pode também ser um instrumento poderoso de construção de um novo olhar sobre a escola e seus atores, quem sabe contribuindo para dar à Escola Básica um necessário e aguardado caráter transformador.

## **Referências Bibliográficas**

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Lei nº 11684, 02 de junho de 2008. Lei ordinária que altera o artigo 36 da Lei 9394/2006.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Lei nº 4024, 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Lei nº 5692, 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília. MEC. 1999.

BRUSCHINI. Maria C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v.37, n.132, p. 537-572, set./dez. 2007

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. Revista Estudos Feministas, vol. 9, núm. 2, Santa Catarina, segundo semestre, p. 554-574, 2001.

CHERON. Cibele. Enfrentamento de Desigualdades de gênero no mercado de trabalho: contribuições da metodologia feminista e de gênero ao monitoramento e avaliação de política pública. XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Salvador, Bahia, 2013.



CHERON, Cibele & PRÁ, Jussara R. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre e seu enfrentamento pela alternativa do capital social. Anais do seminário nacional da pós graduação em Ciências Sociais da UFES, 2011.

FERREIRA, Fátima Ivone de O. & LIMA, Rogerio M. de O Ensino de Sociologia e a (re) significação das redes sociais *online*, in FIGUEIREDO, André V, OLIVEIRA, Luiz F. & PINTO, Nalayane M. Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, p. 263-280, 2012.

FERREIRA, Fátima Ivone de O. Juventude e Tempo Presente: a contribuição da Sociologia como disciplina escolar, in FIGUEIREDO, André V, OLIVEIRA, Luiz F. & PINTO, Nalayane M. Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, p. 239-246, 2012.

FIGUEIREDO, André V, OLIVEIRA, Luiz F. & PINTO, Nalayane M.(orgs) Sociologia na Sala de Aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro, Imperial Novo Milênio, RJ, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HANDFAS, Anita & OLIVEIRA, Luiz. F. (org). A Sociologia Vai à Escola. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

HOBBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Rogerio M. de & FERREIRA, Fátima Ivone de O. Tecendo Redes e Construindo Conhecimentos: caminhos para o Ensino de Sociologia na Educação Básica; Revista Saberes em Perspectiva, Jequié, v. 4, n. 8, pp173-193, 2014.

LIMA, Rogério Mendes de. Novos Olhares e Práticas, e porque não, Uma Nova Escola: A Sociologia e os rumos da educação básica. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, Rogerio Mendes de. (Re) descobertas: considerações sobre o trabalho etnográfico com turmas de Sociologia. In: HANDFAS, Anita & OLIVEIRA, Luiz. F. (org). A Sociologia Vai à Escola. Rio de Janeiro: Quartet, 2009 b.

MEIRELLES, Mauro. & SCHWEIG, Grazielle. Antropologia e Educação: um diálogo necessário. Revista Percursos, Santa Catarina v. 13, pp.81-98, 2012.

MEIRELLES, Mauro. & SCHWEIG, Grazielle. Para além dos muros da Universidade: contribuições da Antropologia para a Lei 10.639/03 e o Parecer 38/06 do CNE/CEB1 Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, pág. 91-102, outubro de 2000.

MORAES, Amaury C. de. (org). Coleção Explorando o Ensino. Sociologia. MEC, Brasília, 2010.

MORAES, Amaury César. *Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato*. In Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 15, n. 1: São Paulo, 2003.

MORAES, Amaury de S; GUIMARÃES, Elizabeth da F; TOMAZI, Néson D. *Organizações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Conhecimentos de Sociologia*. Volume 3, Brasília, MEC, 2006.

OLIVEIRA, Amurabi. Algumas pistas (e armadilhas) na utilização da Etnografia na Educação: Juiz de Fora, MG. *Revista Educação em Foco*, Ano 16, n. 22, 2013. pp. 163-183, 2013.

RAIZER, Leandro (et al). *A Importância da Disciplina de Sociologia para a Construção de uma Escola de Qualidade*. Trabalho Apresentado no XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, ANPAE, Porto Alegre, 2007.

SCHWARCZ, Lilia K. M. questões de Fronteira sobre uma antropologia da história: São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP*, n.72, 2005.

SIMÕES, Julio Assis & GIUMBELLI, Emerson. Cultura e Alteridade. In: *Coleção Explorando o Ensino*. MORAES, Amaury. C. (org). MEC, Brasília, 2010.

SOARES, Daniela S. S. & SOUZA, Renilfran C. Gênero na escola: análise das relações discriminatórias no espaço escolar. V Colóquio Educação e Contemporaneidade: Sergipe, 2011.

SOBRINHO, Helson Flávio da S. “Eu odeio/adoro Sociologia”: sentidos que principiam uma prática de ensino. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, Recife (PE). 2007.

VELHO, G.; CASTRO, E. B. V. 1978. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: Rio de Janeiro. *Artefato Jornal de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*, 1978.